



Nessa 13ª edição, o autor reafirma o trecho sobre a teoria neoinstitucionalista do processo, desenvolvida ao longo de seus estudos, esperando que provoque questionamentos e refutações no mundo jurídico, como forma de reduzir o tédio científico e estimular o debate jurídico-acadêmico.

Autor

Rosemiro Pereira Leal

**TEORIA GERAL
DO PROCESSO**

Primeiros Estudos

Área específica

Teoria Geral do Processo

Áreas afins

Constitucional, Administrativo,
Direito Processual Civil e Penal,
Direitos Humanos, Civil, Econômico,
Eleitoral, Empresarial, Trabalhista.

Público-alvo/consumidores

Estudantes, professores,
pareceristas, consultores jurídicos,
magistrados, advogados,
assessores administrativos em geral.

Teoria Geral do Processo – Primeiros Estudos questiona aspectos controvertidos e polêmicos da matéria que – extravasando os limites curriculares das faculdades de direito – atualmente interessa, por sua abordagem multidisciplinar, aos segmentos acadêmicos mais variados e voltados às ciências humanas e sociais e à atividade de advocacia, assessoria, consultoria, pareceres e à reflexão jurídica em geral.

O processo é estudado na perspectiva democrática como instituição jurídica co-institucionalizante de regência dos procedimentos legais que põem em movimento direitos processualmente criados e assegurados.

É o processo, no Estado Democrático, o recinto jurídico-argumentativo de igualdade dos diferentes na criação, fiscalização, aplicação, alteração e extinção de direitos. Sabemos que hoje o direito não é mais concebido como superestrutura técnica e homologatória de uma realidade repressora e hostil à plena dignificação do homem.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001016

L433t

Leal, Rosemiro Pereira

Teoria geral do processo: primeiros estudos / Rosemiro Pereira Leal. – 13. ed. - Belo Horizonte: Fórum, 2016.

504 p.

ISBN 978-85-450-0160-7

1. Direito Constitucional. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Processual Civil e Penal. 4. Direitos Humanos. I. Título.

CDD: 341.46

CDU: 347.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LEAL, Rosemiro Pereira. Teoria geral do processo: primeiros estudos. 13. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 504 p. ISBN 978-85-450-0160-7.

SUMÁRIO

NOTA À 13ª EDIÇÃO.....	19
Capítulo 1	
O surgimento do processo na resolução dos conflitos	21
1.1 Humanidade e direito.....	21
1.2 A ciência jurídica e seu objeto.....	23
1.3 As teorias do direito – quadro geral.....	28
1.3.1 A doutrina (teoria) idealista.....	29
1.3.2 O realismo jurídico.....	30
1.3.3 O realismo e o positivismo jurídico.....	31
1.3.4 O novo positivismo e o fenomenalismo.....	33
1.3.5 O formalismo jurídico irreducionista moderno.....	34
1.3.6 O estruturalismo jurídico.....	40
1.3.7 Síntese.....	41
1.4 Quadro histórico das modalidades de resolução de conflito – Autotutela. Autocomposição. Mediação. Arbitragem. Jurisdição. Processo – da barbárie às sociedades político-democráticas de direito.....	44
1.4.1 Autotutela.....	44
1.4.2 Autocomposição.....	46
1.4.3 Mediação e arbitragem.....	46
1.4.3.1 Período sacerdotal ou pré-romano.....	46
1.4.3.2 Período da legis actiones.....	47
1.4.3.3 Período formular – direito romano arcaico.....	47
1.4.3.4 Período formular – direito romano clássico.....	48
1.4.3.5 Período da cognitio extra ordinem – direito romano pós-clássico.....	48
1.5 Jurisdição – aspectos históricos.....	49
1.5.1 Arbítrio, discricionariedade, jurisdição.....	51
1.6 O Estado, o processo e a tutela jurisdicional (judicial).....	56
1.7 O processo na pós-modernidade e a jurisdição	

constitucional – uma visão neoinstitucionalista do processo (teoria do autor).....	59
Capítulo 2	
Da técnica procedimental à ciência processual contemporânea	65
2.1 Introdução.....	65
2.2 Da velha Grécia aos nossos dias	66
2.3 Epistemologia da ciência processual.....	75
2.4 A técnica.....	76
2.5 A ciência.....	77
2.6 Teoria.....	78
2.7 Crítica científica.....	79
2.8 Teoria científica.....	81
2.9 Técnica jurídica, direito processual e sistemática procedimental.....	82
Capítulo 3	
Fundamentos constitucionais do processo	85
3.1 Constituição e processo.....	85
3.2 Processo e hermenêutica constitucional a partir do Estado de Direito Democrático.....	87
3.2.1 O devido processo constitucional.....	87
3.2.2 O anacronismo da hermenêutica pela jurisdição do decisor.....	92
3.2.3 Concretização do direito nas democracias plenárias.....	94
3.2.4 Devido processo constitucional, conceito de parte na democracia.....	97
3.3 Direito procedimental e direito processual.....	102
3.4 Tutela processual da jurisdição.....	105
3.5 Acesso à jurisdição.....	106
3.6 Teorias do processo e processo jurisdicional.....	107
3.7 Modelos processuais e constituição democrática.....	108
3.7.1 Introdução.....	108
3.7.2 Sociedade pressuposta e justiça civil.....	110
3.7.3 Instituição do processo e modelo civil do processo.....	111
3.7.4 Direito fundamental e direito individual.....	115
3.8 O paradigma processual ante as sequelas míticas do poder constituente originário.....	119
3.8.1 Introdução.....	119
3.8.2 O sincretismo fatal dos positivistas.....	121
3.8.3 Processo e linguagem em Popper.....	124
3.8.4 Polemização processual da legitimidade do direito.....	128
3.8.5 Desprocessualização do direito no estado telemático.....	132
Capítulo 4	
Teoria geral e estudo do processo e da jurisdição	137
4.1 Denominação da disciplina – Explicação didática.....	137
4.2 Teorias do ordenamento jurídico e unificação do processo.....	139
4.3 Direito processual – Conceitos.....	142
4.4 As teorias do processo na história do direito.....	143
4.4.1 Teoria do processo como contrato.....	143
4.4.2 Teoria do processo como quase contrato.....	144
4.4.3 Teoria do processo como relação jurídica.....	145
4.4.4 Teoria do processo como situação jurídica.....	146
4.4.5 Teoria do processo como instituição.....	148
4.4.6 Teoria do processo como procedimento em contraditório	150
4.4.7 Teoria constitucionalista do processo.....	151
4.4.8 Teoria (proposição) neoinstitucionalista do processo.....	153
4.4.9 Teoria constitucionalista do processo e teoria neoinstitucionalista do processo (distinções).....	158
4.5 Processo e procedimento.....	161
4.6 Princípios institutivos e informativos do processo.....	163

4.6.1	Princípios institutivos do processo.....	165
4.6.1.1	Princípio. Pressuposto. Fundamento. Noções.....	166
4.6.1.2	O contraditório.....	166
4.6.1.3	Isonomia e simétrica paridade (distinções).....	167
4.6.1.3.1	A questão da dignidade.....	167
4.6.1.4	Ampla defesa.....	168
4.6.1.5	A principiologia do processo na teoria neoinstitucionalista	169
4.6.1.5.1	Processo ante o absolutismo do saber solitário.....	169
4.6.1.5.2	Processo e seus princípios institutivos (contraditório, ampla defesa, isonomia).....	176
4.6.1.5.3	A produção do sentido legal como maldição (mal-dicção).....	178
4.6.1.5.4	Processo e tempo nas democracias não paideicas.....	181
4.6.1.5.5	Conclusões.....	182
4.6.2	Princípios (institutos linguísticos) informativos do processo.....	182
4.6.2.1	Princípio da oralidade.....	183
4.6.2.2	Princípio da publicidade.....	184
4.6.2.3	Princípio da lealdade processual.....	184
4.6.2.4	Princípios da disponibilidade e da indisponibilidade.....	185
4.6.2.5	Princípios da economia processual e da instrumentalidade das formas.....	186
4.7	Requisitos da jurisdição: atividade do juiz (juicação).....	187
4.7.1	Requisito da investidura.....	188
4.7.2	Requisito da inércia.....	189
4.7.3	Requisito da aderência territorial.....	191
4.7.4	Requisitos da inafastabilidade, inevitabilidade e indelegabilidade.....	192
4.7.5	Requisito do juízo natural.....	194
4.7.6	Imparcialidade do juiz.....	195
4.7.6.1	Fundamentos democráticos da imparcialidade judicial no direito brasileiro.....	195
4.7.7	Requisitos da persuasão racional do juiz, requisito da motivação das decisões judiciais e requisito do duplo grau de jurisdição.....	199
4.8	Lei e norma.....	201
4.8.1	Teoria da norma	201
4.8.2	Norma material e norma processual.....	203
4.8.3	Eficácia da norma processual.....	204
4.9	Liquidez e certeza na processualidade democrática.....	204
4.9.1	O processo instituinte do melhor argumento.....	204
4.9.2	Liquidez e certeza na processualidade constituinte.....	206
4.9.3	A qualidade executivo-constitucional de direitos.....	208
4.9.4	A autoexecutividade dos atributos de certeza e liquidez.....	210
4.9.5	O plano cognitivo de accertamento dos direitos fundamentais.....	212

Capítulo 5

	Ciclo histórico do direito de ação e a dinâmica do processo	215
5.1	Ação e direito de ação.....	215
5.1.1	Teoria imanentista.....	216
5.1.2	A ação como direito subjetivo, público e autônomo.....	216
5.1.3	A ação como direito subjetivo, público e concreto.....	217
5.1.4	A ação como direito público, subjetivo, autônomo e abstrato.....	218
5.2	Elementos configurativos e estruturais do procedimento (ação).....	218
5.2.1	Elementos configurativos.....	218
5.2.2	Elementos estruturais.....	220
5.3	A estrutura (espaço-tempo procedimental) do mérito.....	222

5.4 Convalidação dos pressupostos processuais.....	223
--	-----

Capítulo 6

Processo de conhecimento , execução e cautelar – Outros procedimentos	225
6.1 Processo de conhecimento – Noções.....	225
6.2 Processo de conhecimento – Preliminar e mérito.....	227
6.2.1 Articulação estrutural do processo.....	227
6.2.2 Matéria preliminar e matéria de mérito.....	229
6.2.3 A antecipação de tutela e o instituto da preliminar.....	233
6.2.4 Conclusões.....	237
6.3 Verossimilhança e inequívocidade na tutela provisória em processo civil.....	237
6.3.1 Abertura temática.....	237
6.3.2 Processo constitucional e jurisdição (juízo).....	239
6.3.3 Conceito de tutela na teoria do processo.....	240
6.3.4 Verossimilhança e inequívocidade – Tentativa de ressemantização.....	243
6.3.5 Conclusões.....	246
6.4 Fundado receio de dano irreparável na antecipação de tutela no processo civil.....	247
6.4.1 Matéria temática.....	247
6.4.2 Perigo de dano (não presunção ou suposição).....	249
6.4.3 Perigo de dano irreparável.....	251
6.4.4 A questão insólita do perigo de dano (irreparável!?).....	252
6.4.5 Conclusões.....	253
6.5 Antecipação de tutela legal em face de defesa abusiva e manifesto propósito protelatório na teoria do processo....	254
6.5.1 Considerações introdutórias sobre a lei brasileira.....	254
6.5.2 Uso e abuso de defesa e fraude processual.....	255
6.5.3 Protelação e tempo legal.....	258
6.5.4 Conclusões.....	259
6.6 Processo de execução, cautelar e outros procedimentos – Noções.....	259

Capítulo 7

Concurso de ações e cumulação de pedidos	265
7.1 Cúmulo – Concurso de ações e cumulação de pedidos.....	265

Capítulo 8

Atos processuais e prazos	269
8.1 Atos processuais – Ato processual. Ato procedimental. Vícios. Nulidades.....	269
8.2 Autos. Auto. Termo. Ata.....	270
8.3 Prazo – O tempo legal. Preclusão. Perempção. Prescrição. Decadência.....	271

Capítulo 9

Pretensão e resistência no processo civil	275
9.1 Teoria da pretensão e da defesa no processo civil.....	275
9.1.1 Pretensão e defesa.....	275
9.1.2 Due process e contraditório.....	278
9.1.3 Direito de ação e ação (procedimento).....	280
9.1.4 Ação e exceção.....	282
9.1.5 Excetividade das preliminares.....	283
9.1.6 Direito de ampla defesa e o direito ao advogado.....	285
9.1.7 Controle da jurisdição pelo advogado.....	285
9.2 Teoria da prova – Sistemas históricos.....	286
9.2.1 A prova na teoria do processo contemporâneo.....	289
9.2.1.1 Instituto jurídico da prova.....	289
9.2.1.2 A prova em direito.....	291
9.2.1.3 A prova e a estrutura procedimental.....	293
9.2.1.4 Cogitação democrático-constitucional do instituto da prova.....	294

9.2.1.5 Conclusões.....	297
9.2.2 Valoração e valorização da prova.....	298
9.3 Sentença e coisa julgada (ainda na concepção de Liebman).....	299
9.3.1 A relativização inconstitucional da coisa julgada (concepção neoinstitucionalista).....	302
9.3.1.1 Introdução.....	302
9.3.1.2 Distinção imprescindível: coisa julgada e sentença transitada.....	303
9.3.1.3 Coisa julgada e a exclusão da interditividade.....	308
9.3.1.4 O mito da onipotência turbinada.....	309
9.3.1.5 O substancialismo anacrônico da coisa julgada material	311
9.3.1.6 Coisa julgada e devido processo.....	315
9.3.1.7 A ideologia tecnicista da modernidade.....	317
9.4 Recursos: aspectos históricos, teóricos e práticos.....	324
9.4.1 História.....	324
9.4.2 Duplo grau de jurisdição como duplo grau de competência.....	325
9.4.3 Conceito de recurso.....	325
9.4.4 Aspectos tipológicos de recursos.....	327
9.4.5 Impropropriedades terminológicas no CPC.....	328
9.4.6 Juízos de admissibilidade e de mérito.....	329
9.5 Outros aspectos recursais.....	331
9.5.1 Da legitimidade e interesses recursais.....	331
9.5.2 Pressupostos do recurso (requisitos do recurso).....	331
9.5.3 Fase da abordagem jurisdicional do recurso.....	332
9.5.4 Recursos no novo processo civil brasileiro.....	332
9.5.5 Efeitos do recurso.....	332

Capítulo 10

Temas significativos	335
10.1 Judiciário: poder ou função. Órgãos.....	335
10.2 Competência: critérios determinativos.....	335
10.2.1 Considerações relevantes.....	335
10.2.2 Competência absoluta e competência relativa.....	342
10.3 Juiz. Juízo. Vara. Comarca. Foro. Fórum. Entrância. Instância.....	342

Capítulo 11

A judicialização do processo ainda no NCPC brasileiro	345
11.1 Introdução.....	345
11.2 O fetiche das urgencialidades.....	346
11.3 A dialética da desprocessualização.....	349
11.4 Alguns aspectos antinômicos do NCPC ante a CF/88.....	350
11.4.1 A coconstitucionalização do direito pelo processo.....	351
11.4.2 Aspectos antinômicos exógenos e endógenos.....	353
11.4.3 A logomaquia do NCPC.....	354
11.5 Análise crítica do Novo CPC na perspectiva da teoria geral do processo.....	356
11.5.1 Noções de sistemas em processo	358
11.5.2 O Novo CPC e sua ideologia normativa	361
11.5.3 Posições antagônicas: TGP e poder.....	363

Capítulo 12

A continuidade do caráter oculto do sentido normativo no direito brasileiro	365
12.1 O vandalismo da vontade legífera na gestação normativa.....	365
12.2 A impossibilidade da dogmática jurídica e o processo constitucionalizante.....	367
12.3 Isomenismo versus garantismo e ativismo	370
12.4 O despotismo da jurisprudencialização do direito.....	373
12.5 Conclusão.....	374

Capítulo 13

A crise do dogmatismo e implicações jurídico-políticas	375
13.1 O non liquet e a crise do direito.....	375
13.2 A relação direito e política.....	379

Sinopse da 13ª edição –

20 pontos	381
PONTO N. 1	
TEORIA GERAL DO PROCESSO (TGP) – NOME DA DISCIPLINA INTRODUÇÃO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	382
PONTO N. 2	
A TEORIA DO SINCRETISMO EM MAX WEBER.....	394
PONTO N. 3	
ESTADO E TUTELA JURISDICIONAL.....	396
PONTO N. 4	
ORIGEM HISTÓRICA DA JURISDIÇÃO (JUDICAÇÃO).....	401
PONTO N. 5	
CICLO HISTÓRICO DA “JUSTIÇA PRIVADA” PARA A “JUSTIÇA PÚBLICA”.....	402
PONTO N. 6	
TEORIAS DO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	406
PONTO N. 7	
PROCESSO.....	410
PONTO N. 8	
CICLO HISTÓRICO DO DIREITO DE AÇÃO.....	418
PONTO N. 9	
NORMA PROCESSUAL.....	424
PONTO N. 10	
TEORIA DO PROCEDIMENTO.....	431
PONTO N. 11	
ELEMENTOS CONFIGURATIVOS DA AÇÃO (do procedimento).....	439
PONTO N. 12	
ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA AÇÃO.....	441
PONTO N. 13	
CÚMULO.....	448
PONTO N. 14	
A DEFESA NO PROCESSO CIVIL.....	449
PONTO N. 15	
INSTITUTO DA PROVA.....	453
PONTO N. 16	
SENTENÇA E COISA JULGADA.....	464
PONTO N. 17	
COMPETÊNCIA.....	472
PONTO N. 18	
ATOS PROCESSUAIS.....	475
PONTO N. 19	
PRAZO E SUA CONTAGEM.....	477
PONTO N. 20	
TEORIA DO RECURSO.....	481
Referências.....	487